

Sem mágica

JULIANNA SOFIA

O repertório governista para impelir a atividade econômica, ainda neste ano, está zerado. Foi raspa do tacho a liberação de R\$ 34 bilhões das contas do PIS/Pasep, o que pode beneficiar 29 milhões de trabalhadores e tem potencial para reproduzir o efeito benigno que o saque das contas inativas do FGTS no ano passado gerou na retomada.

“Não tem mágica. Não tem mais pacotes. Tem medidas que levam a melhorar o ambiente. Temos que insistir nas medidas microeconômicas”, diz o ministro Esteves Colnago (Planejamento), sem grande entusiasmo. Pudera. A agenda microeconômica prioritária, reciclada e apresentada pelo governo Michel Temer em fevereiro, teve apenas 1 dos seus 15 projetos aprovados pelo Congresso até o momento —enquanto é outro o ímpeto do Legislativo para apreciar pautas-bomba.

Sem mágica, sem pacotes, sem medidas, a expectativa de PIB é minguate. O Banco Central reestimou o crescimento para 2018. Com a paralisação dos caminhoneiros e a deterioração das

condições do mercado financeiro, a alta esperada caiu de 2,6% para 1,6%. E à medida que anda o relógio eleitoral e aumentam as incertezas sobre o futuro presidente, o que já está ruim poderá ficar pior.

O Planejamento crê na geração de investimento e emprego com o recente marco legal da mineração. A insegurança jurídica vinha represando negócios no setor, que agora deverá sair em busca do tempo perdido.

Também crê no acordo sobre o dilema da cessão onerosa —revisão de contrato entre União e Petrobras que permitirá um leilão de excedente de petróleo do pré-sal. A solução propiciará mais que ganhos fiscais, com abatimento da dívida pública. “Esse projeto dá uma injeção na economia muito importante. Para o Rio de Janeiro, gera fator novo de investimento, que hoje está enterrado”, afirma o ministro.

Crenças não movem moinhos, nem a economia. O TCU fixou novas regras para licitações, originando um obstáculo importante para o megaleilão ainda neste governo.

Governo terá 3 anos para pagar despesas acumuladas

Maeli Prado

BRASÍLIA Um decreto publicado nesta sexta-feira (29) instituiu regras mais claras para o cancelamento de restos a pagar, que são despesas de anos anteriores que não foram executadas e que acabaram se transformando em uma espécie de orçamento paralelo.

Parte desses gastos que estão previstos mas que acabam não acontecendo acaba concorrendo com outras despesas, e há um esforço da equipe econômica de tentar reduzir o montante previsto.

No final do ano passado, por exemplo, havia R\$ 128 bilhões em restos a pagar não processados (ou seja, em fase de empenho apenas, em que ainda não há nem o reconhecimento de que aquele serviço foi prestado).

Esse valor já foi reduzido a R\$ 78,4 bilhões neste mês.

O decreto tem o objetivo de reduzir ainda mais esse montante.

Com as mudanças, se essas despesas de exercícios anteriores não forem liquidadas em três anos, serão canceladas.

A regra atual já prevê que, após um ano e meio, um resto a pagar que ainda não foi liquidado seja bloqueado.

Entretanto, em muitos casos os ministérios pediam o seu desbloqueio posteriormente, alegando que agora estavam prontos para executar a obra.

A partir de agora, após esse

bloqueio inicial, a pasta terá mais um ano e meio para liquidar a despesa.

Se isso não acontecer no novo prazo estabelecido, o gasto será cancelado.

Dos R\$ 78,4 bilhões de restos a pagar atuais, por exemplo, há R\$ 42,7 bilhões referentes a despesas empenhadas entre 2007 e 2016.

Pela nova regra, no final do próximo ano esses restos a pagar serão cancelados no Orçamento.

Outra mudança é que os gastos com saúde e com emendas parlamentares individuais serão os únicos que não sofrerão bloqueio se não forem liquidadas após um ano e meio, já que são despesas obrigatórias.

Antes, os gastos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do Ministério da Educação também eram exceção à regra do bloqueio.

R\$ 78,4 bi

é o total de restos a pagar acumulados em junho deste ano. No fim de 2017, eram R\$ 128 bilhões não processados nas contas do governo federal

Detalhes importam

RODRIGO ZEIDAN

É comum repetir o bordão: a educação é o futuro do Brasil. Caro leitor, imagine-se um ditador com plenos poderes. Você teria orçamento ilimitado para resolver nossas questões educacionais. Como começaria?

O primeiro passo seria aumentar em 500% o salário dos professores? Ou contratar 500 mil novos (da onde eles viriam)? O ideal seria começar pela educação básica ou pela superior? Não há como achar político que não se diga a favor da educação. Ainda assim continuamos na rabeira do mundo.

Se quisermos começar a trilhar o caminho dos países bem-sucedidos na área, como Coreia do Sul, precisamos mudar muita coisa. Mas a maior barreira é o fato de que o retorno social de investimentos aumenta quanto antes o fizermos. Ou seja, educação, na verdade, começa enquanto o bebê ainda não nasceu! Intervenções sociais para preparar a nova família geram muito mais retorno à sociedade do que tentar consertar mais à frente.

Infelizmente, não temos seguido essa lógica. Todos os programas ambiciosos que fizemos nos últimos 20 anos focaram o ensino superior. E por isso não vamos sair do buraco.

O Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) é um bom exemplo dos nossos erros. Uma ideia sensata, a

de aumentar o acesso ao ensino superior, cujo fracasso se deve ao seu colossal custo, grande parte do qual poderia ter sido evitada.

O subsídio, que deveria ter ido para os alunos, acabou no bolso das universidades, que chegaram ao ponto de incentivar alunos já matriculados a se transferir para o programa: afinal, a inadimplência pública seria menor que a privada.

E o governo anterior ainda escondia seu custo ao disfarçar os desembolsos como sendo somente empréstimos. Mas, quando um aluno não paga, a conta sobra para todos. Quando criado, a inadimplência seria de 10%. É mais de 40% hoje.

O governo tornou transparente o problema em 2017, contabilizando como despesa no Orçamento mais de R\$ 6 bilhões (os desembolsos totais foram de mais de R\$ 30 bilhões, ou mais que tudo o que o governo gasta com o Bolsa Família!). Uma montanha de dinheiro.

O programa foi finalmente racionalizado, mas tarde demais. Os compromissos assumidos são de bilhões de reais por anos a fio.

Tão cara quanto o Fies foi a criação de dezenas de novas universidades federais. Podemos (e devemos!) ampliar o acesso ao ensino superior. Só que não podemos desperdiçar dinheiro aos

bilhões.

A Coreia do Sul começou investindo na primeira infância, passando então ao ensino primário, secundário e assim por diante. Temos que seguir esse caminho, mas vamos precisar de 30 anos. Não tem solução mágica.

A verdade é que detalhes importam. Esse ciclo eleitoral revela o vício dessa nossa visão abstrata. Focamos salvadores da pátria e os potenciais nomes para ministérios, mas não o que realmente importa: quais as medidas efetivas que serão tomadas?

Essa tendência a fugir dos detalhes não está só em políticas públicas, é claro. Tente achar algum funcionário, público ou privado, que realmente entenda seu processo de avaliação de desempenho. Normalmente as "metas" a que estamos sujeitos são tão abstratas quanto as promessas de políticos.

Está na hora de sair das ideias para a realidade. Quais os detalhes do plano de governo? Quais serão as medidas concretas em saúde e educação? Como vai ser feita a reforma previdenciária e tributária?

No jogo de retórica, os candidatos prometem mundos e fundos. Está na hora de crescermos. Não há saída simples para nossos problemas complexos.

Governo poderá cancelar R\$ 42 bi em restos a pagar

Decreto presidencial estabelece um prazo máximo de três anos para que despesas não pagas de anos anteriores sejam canceladas

Idiana Tomazelli

Luci Ribeiro / BRASÍLIA

O governo federal poderá cancelar, no fim de 2019, até R\$ 42,7 bilhões em gastos que foram prometidos entre 2007 e 2016, mas que tiveram seu pagamento adiado ano após ano — os chamados “restos a pagar”. O presidente Michel Temer editou ontem um decreto que fixa um prazo máximo de três anos para que esses restos a pagar sejam liquidados, sob pena de serem cancelados automaticamente. A medida foi antecipada pelo ‘Estadão/Broadcast’ em março. A iniciativa deve desagradar ao Congresso na avaliação de fontes ouvidas pela reportagem, pois muitas dessas despesas postergadas são emendas, usadas pelos parlamentares para ganhar visibilidade em seus redutos eleitorais. Ao mesmo tempo, deve elevar o poder de barganha do governo com os congressistas, que disputarão para que as obras ou ações de seu interesse ganhem prioridade na fila dos gastos antes do prazo de extinção. Segundo o Tesouro Nacional, o saldo de restos a pagar não processados era de R\$ 78,4 bilhões em meados deste mês.

Desse valor, R\$ 42,7 bilhões eram de orçamentos de 2007 a 2016. O que não for liquidado até o final de 2019 será automaticamente cancelado.

Para os anos seguintes, o volume de cancelamentos deve ser menor pois não existirá mais o “esqueleto” de restos a pagar que já dura mais de uma década. O cancelamento ainda deve ajudar no cumprimento da chamada “regra de ouro” do Orçamento em 2019. Essa norma impede emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes, como salários. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a avaliação na área econômica é que outras medidas poderão ajudar a cobrir o rombo da regra de ouro neste ano, como as devoluções de recursos pelo BNDES e o repasse do lucro do Banco Central ao Tesouro. Com isso, é possível deixar o cancelamento de restos a pagar para o fim de 2019, quando também haverá dificuldade para cumprir a norma constitucional. Ontem, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, voltou a afirmar que o País está na iminência de descumprir a regra de ouro. Em cerimônia na Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Colnago criticou a redação da regra, que disse ser mal feita e trazer muitas dúvidas. “Isso nos coloca várias dificuldades”, afirmou.

O ministro elogiou a emenda que estabeleceu um teto para os gastos, e disse que, com o limite, o País terá que repensar seus gastos. “É no orçamento que vai se discutir as prioridades de gastos.” Decreto. Os restos a pagar são o termo técnico para designar despesas programadas, mas que não chegaram a ser liquidadas (ou seja, o produto ou serviço não foi entregue) e que foram transferidas para o Orçamento do ano seguinte. O empenho é, na prática, o primeiro estágio da despesa no Orçamento, seguido depois pela liquidação e pelo pagamento. Muitos desses gastos não conseguem ser executados porque os programas não avançam por motivos diversos, inclusive por problemas de licenciamento ambiental e de projeto. O cancelamento vai atingir os restos a pagar que ainda estão no primeiro estágio da despesa. Por isso, o impacto sobre os projetos do governo já em andamento é menor. No jargão dos técnicos da área econômica, eles são chamados de “restos a pagar não processados”. O decreto do governo prevê que os restos a pagar sejam bloqueados um ano e meio após sua inscrição, à exceção de gastos com saúde e emendas parlamentares individuais, que são despesas obrigatórias.

Caso não haja regularização, eles são cancelados seis meses depois.





Ou seja, um prazo de dois anos até que aquele compromisso de gasto seja extinto. O decreto permite ainda que os restos a pagar bloqueados sejam liberados, e aí o prazo é esticado em mais um ano e meio – uma espécie de segunda chance para que a ação seja concluída. Se ao final dos três anos não houver liquidação, esses restos a pagar serão cancelados. Pelo decreto, o ministro da Fazenda poderá limitar novas inscrições de restos a pagar de todos os ministérios. Isso porque, em fim de mandato, o governo precisa deixar dinheiro em caixa suficiente para cobrir os gastos que ficarem para o próximo presidente da República. A mudança nas regras ocorre depois de inúmeras cobranças do Tribunal de Contas da União (TCU), já que os restos a pagar até hoje não tinham prazo de validade. / COLABOROU LORENNNA RODRIGUES

Trilhões de dívida sem freio

Cada um dos 210 milhões de brasileiros devia em maio, mesmo sem saber disso, pouco mais de R\$ 24 mil – sua parte na conta de R\$ 5,13 trilhões pendurada pelo governo geral. Essa dívida aumenta mês a mês, porque o buraco nas contas oficiais cresce muito mais rapidamente que a população. A lista dos devedores inclui desde bebês ainda no berço até velhinhos centenários. Sem meter a mão no bolso, até porque nem todos têm bolso, cada um já suporta, no dia a dia, os efeitos econômicos da insegurança quanto ao futuro das finanças públicas, agravada neste ano pela incerteza política, pela paralisação da agenda de reformas e por novos maus-tratos impostos aos orçamentos, principalmente ao federal. Os R\$ 5,13 trilhões devidos pelo governo geral correspondiam em maio a 77% do valor anual do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o balanço das contas públicas divulgado pelo Banco Central (BC) na sexta-feira passada. No mês anterior a proporção ainda estava em 75,9%. O avanço do programa de ajustes e reformas permanece “fundamental para a reversão da trajetória ascendente da dívida pública”, havia informado o BC em seu relatório trimestral de inflação, divulgado um dia antes das novas estatísticas fiscais.

A mesma preocupação quanto às finanças do governo aparece na Carta de Conjuntura publicada na quinta-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): “A grande fonte de incerteza na economia brasileira continua sendo a questão fiscal – agravada no momento pela indefinição do quadro eleitoral”. O aumento do déficit público, segundo os autores da Carta, “reflete a pressão das despesas obrigatórias”, puxadas principalmente pelos gastos da Previdência. O efeito desastroso das despesas previdenciárias aparece, mais uma vez, no balanço de maio das contas públicas. Pelos cálculos do BC, o governo central fechou o mês com um déficit primário, isto é, excluídos os juros, de R\$ 11,12 bilhões, embora o resultado conjunto do Tesouro e do BC tenha sido um superávit de R\$ 3,98 bilhões. Houve saldo negativo porque o buraco de R\$ 15,10 bilhões do

INSS devorou aquela sobra e poderia ter devorado mais um pouco.

O descompasso entre as contas do INSS e as demais do governo central aparece mais dramaticamente quando se examinam os valores de 12 meses. Nesse período, o sumidouro da Previdência, de R\$ 188,72 bilhões, engoliu com muita folga o superávit de R\$ 92,05 bilhões acumulado pelo Tesouro e pelo BC. O resultado foi um saldo negativo de R\$ 97,39 bilhões nas contas primárias do governo central. Sem sobra nessas contas, o governo é incapaz de pagar os juros vencidos da dívida pública. Os juros se acumulam e, quando incluídos no cálculo, o resultado geral do setor público é um déficit nominal de R\$ 480,16 bilhões, equivalente a 7,21% do PIB. Esse conjunto mais amplo inclui também os governos estaduais e municipais e algumas estatais (sem Petrobrás e Eletrobrás). Por qualquer critério a condição das contas públicas brasileiras é uma das piores do mundo. O déficit nominal é muito maior que o máximo admitido na União Europeia (3% do PIB) e superior ao da maior parte das economias de renda média. Na Europa, a maioria dos países tem fechado seus balanços fiscais com déficits bem abaixo do teto.

Além disso, os governos do mundo rico normalmente conseguem financiar suas dívidas – em alguns casos maiores que a brasileira – com juros muito menores, e até negativos. No Brasil, o déficit público muito grande, crescente e alimentador de uma dívida em expansão continuada, é um dos principais obstáculos à redução dos juros. Não se baixa o custo dos financiamentos com simples voluntarismo, embora muitos políticos pareçam acreditar nessa possibilidade. Quando o maior tomador de empréstimos é um setor público viciado em ganância e com o orçamento amarrado por despesas obrigatórias, cortar juros é uma tarefa extremamente complicada. Os números mostram a urgência da recuperação fiscal e a importância da pauta de reformas, a começar pela da Previdência.